

A atuação das imigrantes francesas no setor de saúde do Rio de Janeiro do Segundo Reinado

The French female immigrants work
for Rio de Janeiro Health Sector during
the Second Reign

GISELLE PEREIRA NICOLAU

Doutora em História pela Universidade Federal
Fluminense (UFF). Professora do Instituto de
Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAP-UERJ).
giselle.histoire@gmail.com

RESUMO: O presente trabalho analisa a imigração francesa para o Brasil, focalizando a presença das mulheres imigrantes no setor de saúde da cidade do Rio de Janeiro, durante o Segundo Reinado. Para este estudo, recorreu-se às edições de 1850 e 1870 do *Almanak Laemmert*, a fim de promover um levantamento de profissionais de cada uma das categorias que compunham essa área. As informações obtidas nesse manual, quando cruzadas com outras fontes, a exemplo dos anúncios publicados no *Diário do Rio de Janeiro* e no *Jornal do Commercio*, bem como dos registros que compõem a *Série Ofícios e Profissões*, que fazem parte do Fundo da Câmara Municipal, sugerem certa visibilidade francesa na Corte. Foi possível verificar uma forte presença de francesas exercendo o ofício de parteiras, indicando que neste campo profissional sobressaía-se a figura da mulher imigrante e suas diversas atribuições durante o período analisado.

PALAVRAS-CHAVE: Imigração Francesa. Rio de Janeiro. Setor de Saúde.

ABSTRACT: The present work analyzes French immigration to Brazil, focusing on the presence of female immigrants in the health sector, active in the city of Rio de Janeiro, during the Second Reign. For this study, we used the 1850 and 1870 editions of *Almanak Laemmert*, in order to promote a survey of professionals from each of the categories that made up this area. The information obtained by this manual, was cross-compared with other sources, such as the advertisements published in the *Diário do Rio de Janeiro* and the *Jornal do Commercio*, as well as the records from the *Série Oficinas e Profissões*, which are part of the Câmara Municipal Fund. All courses converged on a certain French visibility of these immigrants working as midwives in the Court. It was found that their performance was relevant, considering the size and importance of this group of immigrants during the period under analysis.

KEYWORDS: French Immigration. Rio de Janeiro. Health Sector.

1. As imigrantes francesas e a sua atuação na saúde

O artigo analisa a presença das mulheres francesas no Brasil do século XIX, tendo como questão central a atuação dessas imigrantes na área de saúde na cidade do Rio Janeiro, que reunia médicos, dentistas, boticários e parteiras. A pesquisa se compõe como um recorte da tese de doutorado, defendida na Universidade Federal Fluminense, sobre a imigração francesa, entre os anos de 1850 e 1914, para capital do Império e, posteriormente, da República. Resulta, portanto, da investigação de um conjunto documental bastante significativo, que permite compreender a inserção de profissionais da saúde nesse campo, durante o Segundo Reinado.

Em meados do século XIX, o Rio de Janeiro passou por um intenso processo de modernização de suas estruturas urbanas. A cidade, que vivenciava as transformações possibilitadas pela liberação de capital através da assinatura da Lei Eusébio de Queirós e dos lucros advindos do café, experimentava a expansão econômica e comercial da Corte. Com efeito, o novo tempo que se instaurava no Brasil trazia consigo novas demandas, entre as quais o consumo de produtos importados da Europa, por parte de uma elite que se espelhava nos hábitos e costumes difundidos no Velho Mundo, especialmente da França, modelo de refinamento e civilização para a América Latina.

Considerados como ferramentas indispensáveis para a percepção das mudanças operadas no seio da Corte, os almanaques fornecem a chave para a compreensão do cotidiano da cidade do Rio de Janeiro, vislumbrando os aspectos econômicos e até políticos. Estas publicações cumpriam um importante papel na cidade que apressadamente se urbanizava. Eram, portanto, das páginas desses manuais que se anunciavam os diversos ofícios e seus respectivos endereços, onde se encontravam os profissionais da saúde, as renomadas modistas da Rua do Ouvidor, trabalhadores manuais, além dos representantes das casas de comércio espalhadas pela Capital Imperial.

O *Almanak Laemmert* surgiu em 1844, por iniciativa dos irmãos Eduardo e Henrique Laemmert, deixando de existir somente na década de 1940. Editado no Rio de Janeiro, o manual gozava de prestígio entre os moradores da cidade, pois veiculava informes oficiais, avisos e anúncios de serviços oferecidos, sendo um importante espaço para onde convergiam dois mundos que se complementavam durante o período imperial: a sociedade da Corte e a sociedade capitalista que estava sendo delineada na época. Sobre os anúncios, convém destacar que se tratava de matéria paga e, sendo assim, refletiam as necessidades de um tempo específico.

A leitura do *Almanak* revelou-se de particular interesse para este estudo, pois demonstrou a presença francesa na cidade do Rio de Janeiro, por meio de propagandas que se veiculavam e dos anúncios de serviços de diversos ofícios, em especial os ligados à área de saúde, que aparecem nas folhas desse manual entre os anos de 1850 e 1870. Importante observar que tal quadro sugere certa visibilidade dos imigrantes franceses no espaço urbano carioca, desproporcional, inclusive, à sua participação quantitativa no conjunto da população dessa nacionalidade durante os Oitocentos. Além disso, os números levantados em cada uma das categorias que correspondiam o referido campo profissional revelaram a predominância das mulheres francesas no exercício da função de parteiras, indicando que, em comparação às demais profissões que compunham o setor, elas foram majoritárias.

Para verificar esses dados, propõe-se o cruzamento dos exemplares do *Almanak Laemmert*, dos anos de 1850 e 1870, — o qual possibilitou o levantamento do número de anunciantes nacionais e estrangeiros nas seções destinadas à área de saúde —, com os jornais de grande circulação, como o *Diário do Rio de Janeiro* e o *Jornal do Commercio*, que permitiram a verticalização de informações referentes a esses profissionais na cidade. Da mesma forma, os registros que compõem a *Série Ofícios e Profissões*, que faz parte do Fundo da Câmara Municipal, encontrado no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, viabilizaram o contato com os pedidos de licença dos representantes de origem francesa que atuavam nessa área. As *Actes d'etat civil consulaire* auxiliaram no aprofundamento de referências e complemento de dados relacionados às identidades dos franceses.

De acordo com o *Almanak Laemmert* de 1850, o setor de saúde era representado por médicos, parteiras, dentistas e boticários que atuavam no cotidiano da cidade do Rio de Janeiro, registrando-se o seguinte quadro:

TABELA 1: Os profissionais do setor de saúde segundo o *Almanak Laemmert* de 1850.

CATEGORIAS	TOTAL DE PROFISSIONAIS	FRANCESES	PERCENTUAL DE FRANCESES
Boticários	73	2	2, 73%
Dentistas	14	7	50%
Médicos	236	6	2, 54%
Parteiras	14	11	78, 5%
TOTAL	337	26	7, 715%

Fonte: *Almanak Laemmert*.

Tal conjunto era composto por 337 anunciantes, dos quais 26 eram franceses, o que correspondia a um percentual aproximado de 7, 715% (*Almanak Laemmert*, 1850). Apesar da ausência de registros oficiais sobre o número de franceses no início da década de 1850, se compararmos com o período posterior, pode-se inferir que, mesmo não sendo aquela uma proporção elevada, é relevante, pois, em 1872, o primeiro censo do Império registra o total de 2. 884 imigrantes dessa nacionalidade, correspondendo a 3, 42% da população. Se considerarmos, ainda, que esse intervalo, entre 1850 e 1872, compreende uma fase de intensificação dos padrões urbanos e aumento do contingente populacional, esse número pode ter apresentado um crescimento da população de imigrantes franceses. Convém destacar, ainda, que tal algarismo projetava este grupo como o 4º mais numeroso entre os estrangeiros na Corte, após os portugueses (66, 37%), os africanos escravizados (13, 02%) e os africanos libertos (8, 41%) (Censo de 1872, IBGE).

Ainda em relação ao recenseamento de 1872, verificou-se que, no tocante à divisão por gênero da população francesa, residente no Município Neutro, foi verificada a predominância de indivíduos do sexo masculino (1. 656) em relação ao sexo feminino (1. 228). Não obstante o contingente de homens franceses na Corte ter sido mais elevado, compreendeu-se que a atuação das mulheres dessa nacionalidade, no setor de saúde, foi mais expressiva, segundo as fontes consultadas.

O *Almanak Laemmert*, de 1870, permitiu novamente traçar um panorama geral da área de saúde no Rio de Janeiro. Através dos nomes registrados foi possível verificar as mudanças e permanências nessa área, e, de modo especial, a presença francesa nesse campo, conforme se verifica na tabela abaixo:

TABELA 2: Os profissionais do setor de saúde segundo o *Almanak Laemmert* de 1870.

CATEGORIAS	TOTAL DE PROFISSIONAIS	FRANCESES	PERCENTUAL DE FRANCESES
Boticários	96	4	4%
Dentistas	27	4	15%
Médicos	316	8	2, 5%
Parteiras	22	16	72 %
TOTAL	461	32	7%

Fonte: *Almanak Laemmert*.

Convém destacar que, a predominância de mulheres francesas no setor de saúde evidencia a importância qualitativa, muito mais do que quantitativa, da imigração francesa para a Capital Imperial. A atuação dessas imigrantes, as quais se valiam de títulos de “mestras-parteiras” e de diplomas reconhecidos nacional e internacionalmente, revelaram a confluência de dois universos: o manual e o científico, conforme observado nas atribuições destas profissionais. O reconhecimento do tratamento eficaz e do parto seguro, garantido por essas parteiras influíram no processo de natalidade, conferindo a elas um lugar de destaque no Rio de Janeiro do Segundo Reinado.

2. As parteiras

Assim, por exemplo, *as parteiras*, profissão cuja participação de membros dessa nacionalidade era majoritária, contava à época com 11 anunciantes de origem francesa, de um total de 14 profissionais, o que alcançava o índice de 78, 5% (*Almanak Laemmert*, 1850, p. 298). Este percentual revela a mudança no panorama deste grupo profissional, que, nas primeiras décadas do século XIX, era exercido fundamentalmente por escravas e portuguesas. De acordo com Maria Lucia Mott (2005), a figura da antiga comadre sofreu um progressivo descrédito na Corte, em detrimento da parteira diplomada, formada pelas escolas de parto estrangeiras ou pelo curso de parturição, que fora criado em 1832, vinculado à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Os anúncios publicados nos jornais de grande circulação oferecem algumas pistas em relação às estratégias utilizadas pelas parteiras estrangeiras para obtenção de clientes na Corte. Mme. Clémentine Somjean, por exemplo, apresentava-se “como mestra parteira, aprovada pela faculdade de medicina de Paris”, título que garantia a confiabilidade de seus serviços junto às mulheres da Capital Imperial. Mostrava-se sempre disponível “de dia e de noite”, demonstrando, portanto, sua solicitude a “quem a mandar chamar, na rua do Rosário n. 50.” Buscando se diferenciar das demais profissionais deste ramo, Somjean oferecia acomodações em sua residência, a fim de “receber pensionistas” (*Jornal do Commercio*, 22/06/1843, p. 4), lançava mão de técnicas de retirada de sangue e aplicava vacinas, conforme se observou em suas publicações no *Jornal do Commercio*, em 1844 (*Jornal do Commercio*, 06/02/1844, p. 4.) Além disso, disponibilizava amas de leite negras (*Jornal do Commercio*, 11/04/1851, p. 3) ou pardas, com predicados valorosos, como “ser muito carinhosa para crianças, ter boa conduta e ser sadia” (*Jornal do Commercio*, 27/02/1869, p. 3), bem como de suas concidadãs para o exercício dessa mesma função (*Jornal do Commercio*, 18/10/1844, p. 4).

De acordo com Karoline Carula, a prática do aleitamento exercida por amas de leite era considerada, pelas teses de medicina da época, uma atividade mercenária, pois não havia envolvimento afetivo, e sim remuneração. Era muito comum nos oitocentos, a atuação de escravas desempenhando essa função, o que leva ao questionamento acerca do emprego do termo “mercenário”, visto que a retribuição do serviço prestado ia diretamente ao proprietário de cativos. Dessa forma, pode-se inferir que Mme. Clementina Somjean, em sintonia com essas práticas, disponibilizou a venda de “uma

preta ama de leite, sabendo perfeitamente lavar, engomar e cozinhar” (*Jornal do Commercio*, 11/04/1851, p. 3).

Os documentos relacionados à profissão de parteira, existentes na *Série Ofícios e Profissões*, compreendem os anos de 1820 e 1878. Eles registram o pedido de licença e a permissão da Câmara Municipal para o exercício dessa ocupação na cidade. Assim, verificou-se que o conjunto das solicitações que cobrem esse período confirma a predominância francesa nessa atividade, visto que, dos 16 requerimentos contidos na documentação, 13 são de francesas, enquanto apenas 3 são de brasileiras (AGCRJ Fundo Câmara Municipal. *Série Ofícios e Profissões* (1820-1873), p. 8).

Na mesma série, foi possível identificar como requerentes, nomes que, posteriormente, apareceriam listados no *Almanak Laemmert*, em 1850. Madame Pourtoir, professora de parto, que se mudara da Rua dos Ourives para a Rua da Ajuda, n. 55, em meados dos Oitocentos (*Almanak Laemmert*, 1850, p. 298), abriu um processo de reconhecimento de seu diploma junto à Câmara Municipal, em 1837, a fim de obter autorização para exercer sua profissão na cidade (AGCRJ Fundo Câmara Municipal. *Série Ofícios e Profissões* (1820-1873), p. 7). Madame Gault, também anunciante do almanaque, recorreu ao mesmo órgão para exercer sua profissão, em 1843 (AGCRJ Fundo Câmara Municipal. *Série Ofícios e Profissões* (1820-1873), p. 8). Contudo, ao analisar os anúncios referentes ao serviço desta profissional, verificou-se que, antes mesmo de obter sua licença, já se apresentava como “parteira mestra, discípula da Maternidade de Paris”, com público confiante em seus cuidados e proceder (*Jornal do Commercio*, 26/06/1842, p. 4.) Anos depois, a mesma senhora abriria um novo processo para registrar seu certificado, “na secretaria da ilustríssima câmara”, obtendo parecer favorável em 20 de outubro de 1846 (AGCRJ Fundo Câmara Municipal. *Série Ofícios e Profissões* (1820-1873), p. 11). Após essa conquista, Mme. Gault passou a veicular, ao lado dos títulos que ostentava, o fato de ter sido “aprovada pela desta Corte” (*Jornal do Commercio*, 07/12/1847, p. 3), mostrando-se disponível em qualquer horário, em novo endereço, à rua da Ajuda n. 50.

O reconhecimento de Mme. Gault, no entanto, parece ter ultrapassado os limites dos reclames no *Jornal do Commercio*, como pode ser percebido na seção *Publicações a Pedido*, de 15 de fevereiro de 1849. O texto, assinado pelo médico João Vicente Martins, divulgava o êxito do tratamento homeopático que havia desenvolvido em uma mulher que, após o nascimento de sua filha, fora diagnosticada erroneamente com problemas no útero e, que, por consequência, sofria abortos sucessivos. A cura alcançada pela paciente, no

entanto, contou com a assistência e o acompanhamento de Mme. Gault, que recebeu elogios e recomendações, por parte do homeopata (*Jornal do Commercio*, 15/02/1849, p. 2). O artigo revelou, portanto, o vínculo profissional da parteira com o médico, haja vista a participação de ambos no acompanhamento da gestante, além, é claro, do peso da indicação de um especialista do sexo masculino, em uma sociedade reconhecidamente patriarcal.

A expressividade dessa ocupação nas páginas do anuário, que seguiu durante a década de 1850, fora questionada, em 1862, no *Diário do Rio de Janeiro*, quando foi destacada a ausência de vigilância do “*Almanak do Sr. Laemmert*”, por publicar anúncios de especialistas em parto sem que essas possuíssem “diplomas das faculdades de medicina do império”, conforme prescrevia a lei em vigor (*Diário do Rio de Janeiro*, 26/04/1862, p. 2). De fato, a nota publicada no jornal, quando cotejada à *Série Ofícios e Profissões*, reflete a escassez de solicitações de licenças de parteiras na Corte. Entre as décadas de 1850 e 1860, foram encontrados apenas dois registros, dentre eles o de Mme Felicité Ronveirolle Hosxe, “francesa, moradora na rua dos Ourives n. 23”, que solicitava o registro de “seu diploma de parteira”, obtendo sua licença, em 03 de janeiro de 1852 (AGCRJ Fundo Câmara Municipal. *Série Ofícios e Profissões* (1820-1873), p. 14). Original de Lassalle, departamento de Gard, a parteira era casada com Louis Hosxe, arquiteto francês, com quem teve filhos no Brasil, conforme verificado nas *Actes d'état civil consulaire* (CADN Actes de baptême de Léopold Emmanuel Hosxe, 07/03/1856). Esta informação solucionou um questionamento a respeito da identidade da profissional, tendo em vista que, desde a década de 1840, apresentava-se como Madame Felicia Hosxe, parteira com formação pela “Maternidade de Montpellier” (*Diário do Rio de Janeiro*, 19/07/1844, p. 4). Além disso, Mme. Hosxe, como também era conhecida na Corte, divulgava em seus anúncios que havia “obtido os primeiros prêmios em 1837”, em sua área de trabalho, e aprovação pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (*Diário do Rio de Janeiro*, 19/07/1844, p. 4). Mesmo com vasta experiência nesse ramo, pode-se inferir que Mme. Felicia Hosxe atuava nessa função antes de receber autorização para a atividade (*Almanak Laemmert*, 1850, p. 298).

Ainda de acordo com a seção destinada às parteiras do *Almanak Laemmert* de 1850, foi possível atentar para coexistência de profissionais deste ramo em um mesmo endereço. Mme. Stephania Berthout, mestra parteira da Faculdade de Medicina de Paris e da Santa Casa da Misericórdia, atendia suas clientes na Rua dos Ourives, 47. Com trajetória consolidada na Corte, esta especialista gozava de boa reputação na sociedade, por ter proposto à

Comissão de Saúde Pública da Câmara, em 1832, um projeto de criação de uma escola de mulheres, voltada para formação em partos, no Rio de Janeiro (Brenes, 2008). Joanna Beau, por seu turno, mostrava-se disponível à Rua dos Ourives, 207, enquanto Mme Hosxe, tendo se fixado em outros endereços da cidade, podia também ser encontrada na Rua dos Ourives, 31. (*Almanak Laemmert*, 1850, p. 298). Compreende-se, assim, que, para além da relação de vizinhança, o que estava em questão era o fato de concentrar parteiras em uma área da cidade, resultando em uma maior concorrência, como também em caso de emergência, na ausência de uma profissional de confiança, recorria-se a outra mais próxima, o que facilitava a comunicação e o atendimento (Mott, 2005).

O processo de mudança de endereços era uma prática comum entre as parteiras, o que representava, muitas das vezes, uma alteração no *status* destas profissionais. Um exemplo bastante significativo foi o Mme. Clémentine Somjean, que no início da década de 1840, se anunciava à Rua do Rosário, n. 50 (*Jornal do Commercio*, 22/06/1843, p. 4). Pouco tempo depois, seus reclames passaram a veicular um novo logradouro: Rua da Valla n. 69, esquina com a Rua do Ouvidor (*Jornal do Commercio*, 18/10/1844, p. 4), local de importância para o comércio da Corte, especialmente no setor de moda e vestuário, o qual contava com a participação de imigrantes franceses. A ascensão social de Somjean, como sugerem as fontes, foi rápida, visto que, em 1851, estava estabelecida à Rua das Laranjeiras, n. 2, na freguesia da Glória (*Jornal do Commercio*, 31/10/1851, p. 4). Segundo Ismênia de Lima Martins (2013), essa região da cidade era escolhida, especialmente, por estrangeiros ligados às atividades comerciais, financeiras e industriais, em estágio de crescimento, assim como pela elite carioca.

Napoléon Certain, anunciante das edições do *Almanak Laemmert*, de 1850 e 1870, anunciou no *Diário do Rio de Janeiro*, de 1863, seu consultório à Rua do Ouvidor, n. 126, onde atendia diariamente das 8 horas da manhã às 4 horas da tarde, “consultas e operações dentárias, colocando dentes artificiais com a maior perfeição” (*Diário do Rio de Janeiro*, 04/04/1864, p. 4). Para além dos registros publicitários de autoria do interessado, foi possível captar o prestígio e a visibilidade social que alcançou como profissional em outras fontes. Exemplo significativo foram as referências que lhe foram feitas por Machado de Assis em crônica publicada no periódico *O Cruzeiro*, em 30 de junho de 1878. O cronista comenta a aprovação de uma “uma senhora que fez exame para dentista” e afirma que “vai-se acabando a tradição, que excluía o belo sexo do exercício de funções, até agora unicamente masculinas” (AS-

SIS, 1938). A seguir, destaca a figura de Napoléon Certain e apesar de afirmar que considerava saudável a concorrência, ironizava a índole feminina para o exercício do ofício: “... há de ser preciosa e muito rígida a virtude para que uma mulher não despoe a boca de outra” (ASSIS, 1938). Reproduzia, pela via literária, a visão corrente da época, segundo a qual as mulheres estariam restritas ao exercício do lar, impedidas, portanto, de se equipar ao homem em termos profissionais.

O ofício de parteiras na Corte, segundo os anúncios publicados no *Almanak Laemmert* de 1870, continuava sendo desempenhado majoritariamente por francesas, visto que, das 22 inscritas à seção, 16 pertenciam à essa nacionalidade, atingindo o percentual aproximado de 72% do total de profissionais nesse ramo (*Almanak Laemmert*, 1870, pp. 480-481). Em vista da edição do almanaque de 1850, houve pouca variação no índice de representantes dessa categoria, apresentando um aumento de especialistas na área, bem como de imigrantes desempenhando a função. Concomitantemente, era possível notar a permanência de anunciantes como Mme. Felicia Hosxe, Mme. Clémentine Somjean, Mme. Gault e Mme. Maria Victória Meunier, de maneira que se constatou a longevidade da atuação dessas profissionais no Rio de Janeiro, por mais de duas décadas.

Madame Victorina Borgé anunciou seus serviços no *Almanak Laemmert* de 1870. Mestreira parteira das faculdades de Paris e do Rio de Janeiro, lançou-se no mercado de trabalho da Corte, exercendo este ofício, na década de 1860, segundo os anúncios publicados no *Diário do Rio de Janeiro*. Foi por meio deste periódico, por exemplo, que Borgé informou às suas clientes que havia se mudado da Rua da Assembléa para a Rua da Alfândega n. 92, antiga casa de Mme. Stephania Berthout (*Diário do Rio de Janeiro*, 02/08/1864, p. 3). Estratégia utilizada para garantir confiabilidade junto ao público carioca, pois, por ter se fixado em um endereço já conhecido pelos pacientes de Berthout e dos demais moradores da cidade, Victorina Borgé demonstrou possuir vínculo com sua antecessora. Outro artifício utilizado por Mme. Borgé foi a divulgação de sua capacidade para a conversação em outro idioma, além do francês: o alemão, com vistas a se diferenciar de suas concorrentes (*Diário do Rio de Janeiro*, 11/10/1860, p. 4).

No entanto, os limites do ofício de parteira, por vezes, pareciam pouco precisos, visto que em determinadas publicações, havia profissionais que incorporavam informações adicionais à sua prática. Mme. Borgé, por exemplo, anunciou no *Diário do Rio de Janeiro*, que garantia a cura para o inchaço nas pernas ou qualquer enfermidade dessa natureza (*Diário do Rio de Janeiro*,

12/05/1869, p. 4). De acordo com Maria Lucia Mott, as parteiras tinham atribuições que se assemelhavam as de enfermeira, transitando “entre o cuidado e a cura” (MOTT, 2005, p. 126). Nos anos de 1870, por determinação jurídica, essa prática foi proibida, impedindo essas profissionais de exercerem funções além das que eram próprias de sua ocupação na cidade.

Os dados apontaram que as parteiras francesas se valiam de títulos, algumas como, Madame Gault, conseguiam a chancela de médicos, para tentar conquistar clientela e se firmar no ofício. Os anúncios de prestação de outros serviços por essas mulheres, é um indicativo de que algumas delas precisavam mobilizar outros recursos para se manter, sobretudo aquelas que iniciavam sua vida profissional.

Se por um lado, as fontes consultadas indicaram que a atuação de mulheres exercendo o ofício de parteiras, especialmente de imigrantes francesas, era majoritário neste campo profissional, por outro, constatou-se que nas demais áreas que compunham o setor de saúde, não havia registros da participação feminina, de um modo geral. O papel da mulher no mesmo restringia-se, portanto, à arte de partejar e às atividades relacionadas a esse universo, que incluem a saúde de senhoras, o acompanhamento da gestação, a acomodação de parturientes, em quartos destinados a “pensionistas, e outros inteiramente separados para receber escravas” (*Jornal do Commercio*, 31/10/1851, p. 4), puerpério, e o aleitamento de recém-nascidos.

3. Madame Marie Josephine Mathilde Durocher

A despeito da existência da maioria de profissionais francesas nessa área, nenhuma gozou da mesma reputação e prestígio que Mme. Durocher, parteira da Casa Imperial e da princesa D. Leopoldina, duquesa de Saxe. Tendo emigrado para o Brasil ainda criança, em 1816, acompanhando sua mãe, a florista Anne Nicolle Colette Durocher, Marie Josephine Mathilde Durocher desenvolveu suas primeiras habilidades na corte, recebendo, inicialmente, formação profissional, “noções de escrituração mercantil, história e geografia” (MOTT, 1994, p. 12). Trabalhou como caixeira na loja de modas de sua mãe, à Rua dos Ourives, passando a dirigir o estabelecimento com o adocimento e, posteriormente, o falecimento da mesma, em 1829. Abandonou esse ofício em 1831, ingressando dois anos depois na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, para receber formação em partos. Naturalizou-se brasileira, em 1834, exercendo seu ofício na área de saúde durante décadas.

Em 1850, Mme. Durocher anunciou seu serviço como parteira no *Almanak Laemmert*, à Rua da Alfândega, n. 106 (*Almanak Laemmert*, 1850, p. 298). Por abrigar a repartição da Alfândega, esse logradouro foi ponto de chegada de estrangeiros na cidade do Rio de Janeiro. No início dos Oitocentos, destacou-se pela presença de comerciantes ingleses, sobretudo pelos leiloeiros, e de negros ambulantes que circulavam por este local, conforme apontado por Brasil Gerson (2013).

O *Diário do Rio de Janeiro*, em 1863, publicaria uma nota assinada por Mme. Durocher, informando sobre questões relativas ao funcionamento da “maternidade ou enfermaria de partos contígua à casa de saúde de Nossa Senhora da Ajuda.” O atendimento fornecido pela clínica em que atuava incluía “todas as pessoas, a quem isto por uma ou outra circunstância possa interessar”, sem distinção, destacando que o mesmo edifício possuía “salas próprias para escravas, fornecendo-se tudo que for mister, inclusive roupa.” Na ausência de Durocher, as parturientes poderiam recorrer-se à Tygna, também especialista em partos, ou em caso de maior seriedade ao Dr. Feijó, bem como ao Dr. Eiras, “proprietário do estabelecimento” (*Diário do Rio de Janeiro*, 19/05/1863, p. 3). A presença masculina dos médicos, nesse caso, tinha uma função bastante específica: vir em auxílio das parteiras em caso de maior gravidade, onde não competia a essas profissionais intervir.

É importante assinalar que Mme. Durocher, ainda na década de 1870, permanecia com o título de parteira da “Casa Imperial e da finada Princesa D. Leopoldina, Duquesa de Saxe, membro da Academia Imperial de Medicina”.

A atuação de Durocher não se restringia à área da saúde, mas se estendia às causas sociais e políticas, como, por exemplo, a questão escravista. A parteira que, conforme mencionado anteriormente, atendia escravas em seu consultório, publicou, no ano de 1871, suas *Ideias por coordenar a respeito da emancipação*. A obra dedicada ao Barão de Cotegipe propunha um método seguro para o fim desse sistema. Segundo Madame Durocher, nenhuma teoria, por mais interessante que fosse, asseguraria aos cativos libertos uma vida idônea, já que na maioria dos casos se tornavam preguiçosos ou ladrões, ébrios ou assassinos. Observou-se, aí, a reprodução de um discurso eugenista, que, de acordo com Magali Engel (1989), foi incorporado no Brasil na segunda metade dos oitocentos, pela medicina. Neste particular, a problemática da escravidão passou a ser pensada e sentida à luz das teorias cientificistas da época, que colocavam em evidência a composição étnica brasileira e sua população miscigenada. As questões relacionadas à consanguinidade e ao cruzamento das raças como um determinante para o comportamento

social dos indivíduos, passaram a ser reproduzidos pelos meios científicos da época, ganhando adeptos como Durocher. A defesa dessas ideias indicou, portanto, o lugar de fala da parteira, uma mulher que estava a par das discussões de seu tempo e cujo trabalho a mantinha em conexão com segmentos do universo masculino.

Durocher reconhecia, entretanto, que a libertação repentina dos escravizados prejudicaria a lavoura, fonte de riqueza do país. Parecer que ganhou força após a Lei do Ventre Livre, especialmente na voz daqueles que defendiam a vinda de imigrantes para o Brasil, compreendidos como um substitutivo para a mão de obra cativa. Acreditava que as causas da escravidão estavam intimamente ligadas ao hábito português de encarar o africano como objeto, devido à sua falta de educação, moral e de virtude. Considerou, ainda, que a proclamação da independência teria sido o momento mais propício à abolição da escravidão, pois, em sua opinião, a liberdade política que se almejava era incompatível com a permanência do trabalho compulsório. Sugeriu, por fim, uma série de propostas, tais como a emancipação gradual e o fim da venda de humanos¹, bem como a melhoria nas organizações administrativas e nos assuntos ministeriais do Império (Durocher, 1871).

Em dezembro de 1878, Mme. Durocher, que, à época, morava à Rua do General Camara, n. 97, foi intimada pelo fiscal da freguesia do Sacramento a pagar uma multa por possuir uma Casa de Maternidade em sua residência. Dessa forma, a parteira contestou a sanção junto à Câmara Municipal, visto que desde que começou a exercer sua profissão, nunca havia sido alvo de especulações. O documento ainda destacava que, ao contrário do que se imaginava, a profissional não atuava sozinha, dividindo seu consultório com um médico, cuja identidade não consta no registro. A resposta ao pedido de anulação dessa punição saiu em 16 de dezembro, após a inspeção de Joaquim Antunes Lopes, o qual se reportou ao local denunciado, a fim de verificar o funcionamento da clínica. Concluiu, portanto, que Durocher utilizava a sua residência para fazer partos. Por essa razão, a especialista obteve a sua sentença revogada (AGCRJ Fundo Câmara Municipal. Série Ofícios e Profissões (1820-1873), pp. 17-18).

Enquanto membro da Academia Imperial de Medicina, Mme. Durocher reforçou, através de sessões do comitê, a necessidade de melhorar e de ampliar a instrução da parteira e, nesse sentido, ofereceu um esboço, não só das matérias que deveriam constar no curso, como da divisão dos anos, e submeteu à apreciação da instituição. Em nota publicada no *Jornal do Commercio* em 1881, era destacada a mudança ocorrida no currículo do curso,

por sugestão da especialista, ressaltando não só a qualidade da faculdade de medicina, mas também de suas alunas-parteiras que recebiam instrução bastante sólida para o exercício da profissão. Tal elogio fazia uma contraposição à crítica logo exposta ao final do texto, que destacava a existência de profissionais dessa área que atuavam sem qualificação e/ou qualquer tipo de habilitação para essa função (*Jornal do Commercio*, 14/10/1881, p. 3).

Aos 80 anos, Mme. Durocher permanecia atuante como parteira na cidade, inclusive como profissional que se dedicava tanto aos ricos quanto aos pobres. Embora já em idade avançada, a profissional não estava isenta de abusos sofridos por mais de 56 anos de experiência clínica. Por essa razão, o *Jornal do Commercio* de 1888, publicou um ultimato, no qual prevenia suas pacientes de que o acompanhamento necessário para a gestação seria feito em separado; pedia também aos despossuídos de dinheiro que utilizassem atestado do inspetor, comprovando renda insuficiente para o pagamento da consulta. Já em relação aos militares e empregados públicos, segmentos sociais que podiam pagar pelos seus serviços, exigia transparência em relação à remuneração desses funcionários, a fim de evitar que se valessem de sua boa-fé (*Jornal do Commercio*, 01/02/1888, p. 4).

Na década de 1890, Durocher prestava atendimento à Rua da Estrela, n. 5, no Rio Comprido, deslocando-se, portanto, das freguesias do centro para a zona norte, fenômeno que se intensificou no início da República. Além da mudança do local onde prestava suas consultas, verificou-se que os anúncios veiculados à parteira durante esse período foram se tornando mais escassos, à medida em que Durocher atingia idade avançada. Na busca por maiores informações acerca de sua vida, recorreu-se à sua biógrafa, Maria Lucia Mott (1994), a qual destacou que a especialista faleceu no ano de 1893.

4. Conclusão

Em suma, através dos anúncios publicados no *Almanak Laemmert*, os quais funcionaram como fio condutor desta pesquisa, acompanhados da verticalização dos dados cotejados, foi possível compreender a inserção das imigrantes francesas no setor de saúde da cidade do Rio de Janeiro. Por meio dos endereços fornecidos pelo anuário, foi possível entender a forma como essas profissionais se estabeleciam na cidade, se deslocando de áreas mais modestas para áreas mais nobres, de acordo com a sua ascensão social. Além disso, verificou-se como esses estrangeiros se relacionavam com seus con-

cidadãos, através da prática da indicação, como observado, por exemplo, no caso das parteiras. Assim como com a população em geral e, também, com os escravizados, por meio da preocupação em atender os cativos e também na defesa de ideais, como, por exemplo, a abolição da escravidão, ideia perseguida por Mme. Durocher que, embora apoiasse essa causa, destinava ao negro escravizado um lugar de inferioridade no seu discurso. Muitas possuíam títulos e usavam esses atributos para alcançar confiabilidade na Corte e *status* social, algo que, com frequência, conquistavam, a exemplo da mesma Durocher, profissional reconhecida pela Monarquia brasileira e que tinha acesso aos meios científicos da época.

Notas

1 De acordo com Ricardo Salles, essas pautas que eram sustentadas por aqueles que acreditavam que o fim natural do sistema escravista deveria vir acompanhado pelas indenizações aos proprietários de terra. Ver: SALLES, Ricardo. **Joaquim Nabuco: um pensador do Império**. Rio de Janeiro: Toopbooks, 2002.

Bibliografia

ALONSO, Angela. **Ideias em movimento**. A geração 1870 na crise do Brasil Império. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. "Chronicas 4", publicada em *O Cruzeiro*, 30/6/1878. **Chronicas**. 4º. Volume (1878-1888). Rio de Janeiro/São Paulo/Porto Alegre. W. M. Jackson Inc., 1938.

BRENES, Anayanci Correa. "História da Obstetrícia no Brasil: o fracasso da Escola de Obstetrícia para Mulheres, no Rio de Janeiro, 1832". In: **Revista Médica de Minas Gerais**, 18 (2), pp. 141-147, 2008

CARULA, Karoline. "Perigosas amas de leite: aleitamento materno, ciência e escravidão em A Mãe de Família". In: **Hist. ciênc. saúde-Manguinhos**, vol. 19 (supl. 1), pp. 197-214, dez. 2012.

DUROCHER, Maria Josefina Matildes. **Ideias por coordenar a respeito da emancipação**. Rio de Janeiro: Typ. do Diário do Rio de Janeiro, 1871.

GERSON, Brasil. **História das Ruas do Rio** (e da sua liderança na história política do Brasil). 6ª ed. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2013.

MARTINS, Ismênia de Lima. "Os Portugueses e os "outros" no Rio de Janeiro: Relações socioeconômicas dos lusos com os nacionais e demais imigrantes (1890-1920)". In: **Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro**, a. 174 (461) pp. 81-104, out.-dez. 2013.

MENEZES, Lená Medeiros de. "Francesas

no Rio de Janeiro: trabalho, sonhos e ousadias (1816-1822)". In: **Caderno Espaço Feminino**, v. 12, n. 15, pp. 61-82, ago.-dez. 2004.

MOTT, Maria Lucia de Barros. Madame Durocher, modista e parteira. In: **Estudos Feministas**, vol. 1, n. 1, pp. 101-116, 1994.

_____. "Parteiras: o outro lado da profissão". In: **Gênero: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero**, v. 6, n. 1, pp. 117-140, 2005.

NICOLAU, Giselle Pereira. **Hasteando a bandeira tricolor em outros cantos: a imigração francesa no Rio de Janeiro (1850-1914)**. (2018. 294f). Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

SALLES, Ricardo. **Joaquim Nabuco: um pensador do Império**. Rio de Janeiro: Toopbooks, 2002.

Fontes

ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Fundo Câmara Municipal. **Série Ofícios e Profissões (1820-1873)**. Notação: 47.1.47.

BIBLIOTECA NACIONAL
Almanak Laemmert (1850), (1870).
Jornal do Commercio (1842), (1843), (1844), (1847), (1849), (1851).
Diário do Rio de Janeiro (1844), (1853), (1854), (1860), (1861), (1862), (1864), (1869), (1881), (1888).

CENSO DE 1872, IBGE.

CENTRE DES ARCHIVES DIPLOMATIQUES DE NANTES
Actes d'Etat Civil Consulaire: Actes de baptême de Léopold Emmanuel Hosxe, 07/03/1856.

Recebido em: 15/07/2020
Aprovado em: 20/07/2020